

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE
RESERVA PARA O CARGO DE PROCURADOR DE 2ª CLASSE
EDITAL Nº 1 DO CONCURSO PÚBLICO 3/2018 – PROCURADOR
NORMATIVO**

**6 0 1
PROCURADOR DE 2ª CLASSE**

**Dia 3
(Direito Financeiro e Tributário e Direito Previdenciário)**

**Data e horário da prova:
Sexta-feira, 15/3/2019, às 14 h.**

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno contendo 3 (três) questões discursivas e 1 (uma) peça jurídica.
- Verifique se estão corretas a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação das folhas de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a prova discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar suas folhas de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova discursiva 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES as folhas de texto definitivo da prova discursiva devidamente assinadas.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Somente será permitida a consulta aos materiais previstos na listagem publicada no Edital de Convocação e comunicados para as Provas Discursivas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
- Os 3 (três) últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em documento específico e nele posicionadas as respectivas assinaturas.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos nas folhas de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- As folhas de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas para as folhas de texto definitivo.
- As respostas às questões discursivas deverão ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- A peça jurídica não terá extensão mínima ou máxima de linhas. Caso necessite de mais folhas, solicite ao fiscal.
- O candidato receberá 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva para cada questão e 5 (cinco) folhas para a peça jurídica. As folhas de texto definitivo indicarão a qual questão/peça jurídica pertencem. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre questão e folha de texto definitivo, sob pena de ter a sua questão/peça jurídica avaliada negativamente.

QUESTÃO DISCURSIVA – 3.1

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Nas palavras de Ricardo Lobo Torres, “o Estado Orçamentário, que procura através do orçamento fixar a receita tributária e a patrimonial, redistribuir rendas, entregar prestações de educação, saúde, seguridade e transportes, promover o desenvolvimento econômico e equilibrar a economia, baseia-se no planejamento”.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de direito financeiro e tributário*. 19. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2013, p. 172.

No Brasil, estão previstas três diferentes leis orçamentárias que se inter-relacionam, quais sejam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Com base no exposto, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo com o seguinte conteúdo:

- a) os objetos de cada uma dessas leis;
- b) a natureza jurídica das leis orçamentárias e a possibilidade de serem submetidas ao controle concentrado de constitucionalidade;
- c) as similitudes e diferenças entre as leis orçamentárias, e a complementariedade destas, conforme a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- d) a iniciativa para apresentação dos projetos de leis orçamentárias e a respectiva tramitação;
- e) a possibilidade de abertura de créditos por meio de medida provisória;
- f) os diversos orçamentos compreendidos na LOA; e
- g) a existência de orçamento impositivo no Brasil.

Área livre

QUESTÃO DISCURSIVA – 3.2

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A relação tributária decorre da ocorrência do fato gerador, que pode ser definido como “uma situação abstrata, descrita na lei, a qual, uma vez ocorrida em concreto, enseja o nascimento da obrigação tributária”.

HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 27. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018, p. 587.

Considerando o texto apresentado, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo com o seguinte conteúdo:

- a) a diferenciação entre obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória;
- b) o sujeito ativo da obrigação tributária e a possibilidade de delegação;
- c) a diferenciação entre as espécies de sujeito passivo, diferenciando, ainda, responsabilidade tributária por substituição de responsabilidade tributária por transferência;
- d) a possibilidade de pessoas imunes e incapazes serem sujeito passivo de obrigação tributária;
- e) a possibilidade de afastamento da responsabilidade tributária do adquirente por tributos relativos a bens imóveis adquiridos;
- f) a responsabilidade tributária da pessoa que adquirir o fundo de comércio e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social; e
- g) a natureza da responsabilidade do sócio-gerente nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal da empresa dissolvida por atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

Área livre

QUESTÃO DISCURSIVA – 3.3

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Leia, com atenção, as informações a seguir.

Maria é professora concursada em cargo efetivo da rede pública de ensino do estado de Goiás. Ingressou na carreira do magistério estadual em janeiro de 1997, após ter sido professora da rede privada de ensino básico, na qual lecionava em diferentes fazendas da região desde janeiro de 1989. No ano de 2015, realizou concurso para ingresso em cargo de provimento efetivo e vínculo jurídico-administrativo estatutário na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), ano em que tomou posse e entrou em efetivo exercício no cargo (em novembro de 2015), exercendo a cumulação legítima de cargos prevista no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988. Em janeiro 2019, com a idade de 50 anos e receosa acerca das notícias de mudança no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, Maria requereu o respectivo pedido de aposentadoria perante a Alego, no qual formulou os seguintes pedidos sucessivos: (i) incorporação do tempo de exercício no magistério estadual e na rede privada de ensino básico como tempo de serviço para os efeitos de aposentadoria; e (ii) reconhecimento de extensão do direito de aposentadoria especial como professora da educação básica para o cargo de provimento efetivo de servidora da Alego, sob o argumento de que a qualidade de professora do ensino básico também é transmitida para o cargo de provimento efetivo em que ocupa no Poder Legislativo Estadual.

A Diretoria da Secretaria de Recursos Humanos da Alego solicitou assessoramento jurídico em relação ao pedido de Maria, servidora pública sob o vínculo jurídico-administrativo estatutário da Alego. Para a resposta à consulta formulada à Procuradoria da Alego, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo com respostas às perguntas a seguir.

- É possível cumular o tempo de magistério público e privado como tempo de efetivo exercício para fins de aposentadoria no cargo de servidora pública da Alego? Justifique sua resposta, com a qualificação jurídica pertinente.
- O direito de aposentadoria especial como professora da educação básica pode ser estendido para a aposentadoria no cargo de provimento efetivo da Alego? Justifique sua resposta, com a qualificação jurídica pertinente.
- Que tipo(s) de aposentadoria Maria poderá pleitear como servidora da Alego? Ela tem direito a algum tipo dessa aposentadoria? Justifique sua resposta, com a qualificação jurídica pertinente.
- Em eventual negativa ao pedido de Maria e de acordo com o patrimônio jurídico previdenciário dela, Maria tem algum direito previdenciário perante a Alego? Qual? Justifique sua resposta, com a qualificação jurídica pertinente.

Área livre

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Leia, com atenção, as informações a seguir.

Um deputado estadual apresentou consulta acerca da seguinte situação: uma associação de industriais da região dele propõe a elaboração de um abaixo-assinado postulando ao governo do estado X a duplicação de rodovia estadual para melhor escoamento da produção industrial. Para tanto, sugerem aumentar a alíquota do ICMS pago pelos industriais, pelo período de duração das obras, e utilizar a parcela extra do tributo a ser pago para o custeio das obras, estimando que a duplicação poderia ser concluída integralmente em cinco anos e valorizaria os imóveis das respectivas plantas industriais. Convencido de que a obra proposta seria de interesse do estado X, o deputado se dispõe a encampar a proposta e apresentá-la à Assembleia Legislativa, seja na forma de projeto de lei ou mesmo de emenda parlamentar individual à Lei Orçamentária Anual.

Na condição de procurador da Assembleia do Estado X, redija parecer abordando os aspectos jurídicos relevantes apresentados e indicando como seria possível viabilizar a duplicação pretendida, em especial no que tange:

- a) ao equilíbrio orçamentário;
- b) à criação de tributação própria visando à obtenção de receitas para a obra;
- c) à possibilidade de tomada de empréstimo junto aos municípios cortados pela estrada, ao banco controlado pelo estado X ou a banco de fomento internacional para financiamento da obra; e
- d) às garantias e contragarantias que poderiam ser exigidas no caso da tomada de crédito externo.

Área livre

RASCUNHO 3.1

1	
5	
10	
15	
20	
25	

26	
30	
35	
40	
45	
50	

RASCUNHO 3.2

1	
5	
10	
15	
20	
25	

26	
30	
35	
40	
45	
50	

RASCUNHO 3.3

1	
5	
10	
15	
20	
25	

26	
30	
35	
40	
45	
50	

RASCUNHO PEÇA JURÍDICA 3

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	

40	
45	
50	
55	
60	
65	
70	

75	
80	
85	
90	
95	
100	
105	

110	
115	
120	
125	
130	
135	
140	

145	
150	
155	
160	
165	
170	
175	

180	
185	
190	
195	
200	
205	
210	

215	
220	
225	
230	
235	
240	
245	
250	